

Brasília, 05 de maio de 2026

Seleção

Sumário

Agência Câmara

Segunda-feira, 04 de maio de 2026 | Pirataria

Comissão externa debate riscos sanitários de produtos irregulares	4
--	----------

Jornal de Brasília Online

Segunda-feira, 04 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Debate em Brasília aborda pirataria e inovação em saúde via propriedade intelectual	5
--	----------

Migalhas

Segunda-feira, 04 de maio de 2026 | ABPI | Câmara de Arbitragem

MIGALHAS nº 6.340	7
--------------------------------	----------

Teletime News

Segunda-feira, 04 de maio de 2026 | Direitos Autorais

Parlamentares tentam retomar cronograma para PL de IA	12
--	-----------

Estadão.com.br - Últimas Notícias

Segunda-feira, 04 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

PL dos minerais críticos deve ser votado nesta semana na Câmara	13
--	-----------

O Globo

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Propriedade Intelectual

Setor audiovisual é estratégico na estrutura produtiva	14
---	-----------

Correio Braziliense

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Em defesa da inovação	16
------------------------------------	-----------

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Patentes

Mercado de carbono inspira	20
---	-----------

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Patentes

Alinhamento global é chave	22
---	-----------

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Pirataria

Inovar é condição essencial para avanço na saúde	25
---	-----------

Terça-feira, 05 de maio de 2026 | Pirataria

Pirataria chega a 20% no país	26
--	-----------

Correio Braziliense - Online

Segunda-feira, 04 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

"Se não tem patente, copiar compensa", avalia economista	29
---	-----------

Segunda-feira, 04 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Presidente do INPI defende fortalecimento da inovação no Brasil	30
--	-----------

Segunda-feira, 04 de maio de 2026 | Marco regulatório | INPI

Propriedade intelectual em debate: o que está em jogo para a saúde?	31
--	-----------

Segunda-feira, 04 de maio de 2026 | Patentes

Fifarma reúne autoridades da saúde latinoamericana, com a presença de Padilha	33
--	-----------

Sumário

Correio Braziliense - Online

Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Patentes	
Especialista aponta entraves em patentes e cobra avanços em inovação	34
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Patentes	
"Patentes não são privilégios, são infraestrutura", diz Renato Porto	35
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Patentes	
Manter soberania é o desafio na regulamentação sobre propriedade intelectual	36
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Patentes	
Diretora do ICC Brasil defende modernização regulatória para inovação	37
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Patentes	
Anjam Aziz defende manutenção de marco global da propriedade intelectual	38
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Patentes	
Pesquisa é essencial para inovação tecnológica, diz professora da UEPB	39
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Patentes	
Amcham: "Harmonização internacional é chave para a propriedade intelectual"	40
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Pirataria	
Falsificação de medicamentos deixa paciente vulnerável, diz Erika Diago	41
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Pirataria	
Propriedade intelectual é prioridade do governo, diz secretário do MDIC	42
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Pirataria	
Diretora da Interfarma relaciona pirataria a desestímulo à inovação nacional	43
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Pirataria	
Um em cada cinco remédios no Brasil tem a chance de ser falso	44
Segunda-feira, 04 de maio de 2026 Propriedade Intelectual	
Especialista destaca que inovação deve servir aos interesses da sociedade	45

Comissão externa debate riscos sanitários de produtos irregulares



Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

A Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre **Pirataria** promove audiência pública nesta terça-feira (5) para discutir os riscos sanitários relacionados ao consumo de produtos submetidos à vigilância sanitária que são objeto de **falsificação**, fraude, **pirataria** e contrabando.

O debate atende a pedido do coordenador do colegiado, deputado Julio Lopes (PP-RJ), e está marcado para as 15 horas, no plenário 7.

Segundo o parlamentar, o objetivo é discutir os impactos dessas práticas ilícitas sobre a saúde pública.

Julio Lopes destaca que o mercado de produtos sujeitos ao regime de vigilância sanitária, que compreende medicamentos, alimentos, suplementos alimentares, cosméticos, saneantes e dispositivos médicos, quando envolvido em práticas de **pirataria**, fraude, adulteração ou contrabando, ultrapassa a esfera da evasão fiscal e dos crimes contra a **propriedade intelectual**, configurando uma grave ameaça à saúde pública.

"Produtos que escapam ao controle das autoridades sanitárias brasileiras não possuem garantia de origem, qualidade, composição ou eficácia, representando importantes fontes de intoxicação e de outros agravos à saúde", pontua.

"Essas práticas ilícitas sobrecarregam o Sistema Único de Saúde (SUS) com o atendimento de complicações decorrentes do uso desses produtos, gerando custos públicos evitáveis e impactos econômicos significativos", acrescenta.

O deputado ressalta ainda que, além dos efeitos diretos sobre a saúde, a **pirataria** e o contrabando de produtos sanitários fomentam o crime organizado e estabelecem concorrência desleal com a indústria nacional.

Da Redação - MB

Debate em Brasília aborda pirataria e inovação em saúde via propriedade intelectual



Autoridades e especialistas discutiram os riscos da falsificação no setor farmacêutico e o papel das patentes para estimular a inovação.



1

O secretário de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Pedro Ivo, participou nesta segunda-feira (4) do Summit "**Propriedade Intelectual** na Agenda Pública - O que está em jogo para a Saúde?", realizado no auditório do Correio Braziliense, em Brasília.



daniel alex fortunato

Durante o evento, promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), Pedro Ivo integrou o painel "A escalada da falsificação e pirataria - riscos à saúde e impactos na economia". O debate reuniu representantes do setor público e privado para discutir os prejuízos da pirataria, especialmente no setor farmacêutico.



lula e durigan

O secretário destacou a atuação do Grupo Intermministerial de **Propriedade Intelectual** (GIPI), colegiado coordenado pelo MDIC que reúne 13 ministérios para tratar de temas estratégicos relacionados à **propriedade intelectual**. "O GIPI tem um papel fundamental na articulação de políticas públicas que promovam um ambiente mais seguro para a inovação. Estamos trabalhando de forma integrada para garantir segurança jurídica, estimular investi-

mentos e proteger a população dos riscos associados a produtos falsificados", afirmou Pedro Ivo.



chuva1

Ele também ressaltou as ações conjuntas com a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, para ampliar a fiscalização e conscientizar a sociedade sobre os impactos econômicos e sanitários da pirataria e contrafação.



img 9250

O painel contou com a participação de José Alexandre Buaiz Neto, sócio do escritório Pinheiro Neto Advogados, e Erika Diago Rufino, gerente de Assuntos Regulatórios da Johnson & Johnson Innovative Medicine.

A programação incluiu outros dois painéis: "Riscos à Inovação em Saúde e o Papel das Patentes", que discutiu a relevância das patentes como instrumento de estímulo à pesquisa e desenvolvimento; e "Benefícios da harmonização internacional para a Inovação", que tratou do alinhamento do Brasil às práticas globais e da importância da cooperação internacional para ampliar a competitividade e o acesso a novas tecnologias.

O encontro evidenciou o consenso entre especialistas sobre a necessidade de fortalecer o sistema de **propriedade intelectual** no Brasil, para impulsionar a inovação, proteger a saúde pública e a economia do país.

MIGALHAS nº 6.340

Segunda-Feira, 4 de maio de 2026 - Migalhas nº 6.340.

Fechamento às 07h29.

"Se não basta a doutrina, basta o exemplo."

Padre Antonio Vieira

Lição prática

Foi preciso que a questão alcançasse o TST. A Corte anulou julgamento após constatar que foi ignorado o pedido de uma advogada que, diante de complicações decorrentes de uma cesariana, requereu a retirada do processo da pauta virtual. ()

OAB obrigatória

Por 6 a 5, STF fixou que advogados públicos devem ter inscrição na OAB. Prevaleceu o entendimento de que não há distinção essencial com a advocacia privada, mantido o regime disciplinar dos órgãos de origem. ()

Função essencial à Justiça

No julgamento anterior, Cármen Lúcia ressaltou que a advocacia é a única profissão expressamente prevista na Constituição, evidenciando seu papel no Estado Democrático de Direito. ()

Impacto orçamentário

STF decidiu que benefícios fiscais exigem estimativa prévia de impacto orçamentário. A Corte declarou inconstitucionais trechos da lei que prorrogou a desoneração da folha sem essa previsão, mas preservou efeitos já produzidos. ()

Responsabilidade em debate

Em artigo no Migalhas, Cristiana França Castro Bauer analisa a controvérsia judicial sobre os limites de responsabilidade nos Fundos Infinity, após fraudes atribuídas à gestora e à administradora que levaram ao fechamento dos fundos e impediram o resgate por cotistas. A discussão, em curso no STJ, envolve também as distribuidoras, que atuaram como intermediárias na oferta das cotas. A autora sustenta que não se pode estender a essas instituições a responsabilidade por atos alheios a sua ingerência e alerta para os efeitos negativos de

eventual responsabilização objetiva sobre o mercado e os investidores. ()

Fuma, mas não traga; destaca, mas não pauta

Ministro Gilmar Mendes pediu destaque do plenário virtual em ação sobre a validade de norma da Anvisa que proíbe aditivos em cigarros. Placar estava 3 (Toffoli, Zanin e Fachin pela validade da Anvisa) a 3 (Alexandre, Fux e Gilmar pela incompetência da Anvisa) quando se deu o destaque do ministro Gilmar, que já havia até mesmo votado. A rigor, o placar zera. E o caso vai para o plenário físico, quando houver pauta. ()

Cadeira vaga, ação suspensa

Sem o 11º ministro, STF suspendeu julgamento sobre aposentadoria compulsória aos 75 anos. Há maioria pela aplicação imediata, mas divergência sobre efeitos impede conclusão. ()

Educação sexual

Ministro André Mendonça votou para validar lei do Espírito Santo que permite a pais vetarem a participação dos filhos em atividades pedagógicas sobre gênero. S. Exa. divergiu da relatora, ministra Cármen Lúcia, que considerou a norma inconstitucional por interferir no currículo escolar e violar direitos fundamentais. ()

Templo impenhorável

1ª turma do STF suspendeu penhora de imóvel usado como templo da Assembleia de Deus. Colegiado apontou risco ao livre exercício religioso e ausência de análise de medidas menos gravosas na execução. ()

Justiça gratuita

Corte Especial do STJ afetou recursos especiais para julgamento sob o rito dos repetitivos para definir se documentos que indicam inatividade ou queda de faturamento são suficientes para garantir gratuidade de Justiça a empresas. ()

Escritura sem bloqueio

CNJ decidiu que cartórios não podem exigir certidões fiscais para fazer inventário extrajudicial,

embora possam pedi-las apenas para informação. ()

Música tem dono

Quem promove eventos com música no Brasil precisa afinar não só o som, mas também a legalidade. A legislação de direitos autorais exige autorização prévia e pagamento aos criadores pelas execuções públicas - regra que vale para eventos pagos ou gratuitos. No fim das contas, respeitar o direito autoral é garantir que a indústria da música continue tocando. ()

Cantando na chuva?

Ao criticar abordagem policial a motociclista sob forte chuva, desembargador do TJ/GO questionou a fundada suspeita e ironizou o critério adotado. Citando "Cantando na Chuva", sugeriu que o condutor talvez devesse pilotar "devagarzinho", à la Gene Kelly, para não levantar suspeitas. ()

No capô

Em Caruaru/PE, advogada recusou entregar veículo em ação de busca e apreensão e fugiu com o fiel depositário agarrado ao capô. Assista. ()

Ofensa no Júri

CNMP multou promotor, hoje aposentado, que comparou advogada a uma cadela durante sessão do Júri. A sanção - metade dos vencimentos - substituiu suspensão de 30 dias. ()

Se a vida te der limões, faça uma limonada

TJ/MG manteve indenização a homem acusado injustamente de furtar limões. ()

Risco administrativo

Estado indenizará pais de homem morto por PM após furto de sabão. Para o juízo, ainda que de folga, o policial agiu com prerrogativas da função, atraindo a responsabilidade estatal. ()

Tragédia evitável

União foi condenada a indenizar em R\$ 500 mil a família de soldado morto por febre maculosa contraída em treinamento. O juiz apontou exposição a área de risco sem medidas preventivas adequadas. ()

Migas

Servidora trans será indenizada após ser constrangida por colega ao tentar utilizar banheiro feminino em unidade de saúde. () Sindicato não pode receber

crédito de trabalhador sem procuração. () Garantido canabidiol a criança com microcefalia e epilepsia. () Filha de trabalhador morto por queda de estrutura receberá R\$ 225 mil. () Tutora deve impedir que gato bengal invada casa vizinha sob pena de multa. () Município indenizará familiares por morte de mulher que caiu em buraco. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Migalhas das Civilistas

Reconhecimento da identidade de gênero avança, mas entraves administrativos ainda limitam o acesso a direitos, analisam Heloisa Helena Barboza e Vitor Almeida. ()

Migalhas de Direito Médico e Bioética

No Direito Médico, prevenir é tão essencial quanto tratar. Ana Thereza Meirelles, Bruno Santos Neves, Camila Beatriz Zeferino e Isabela Moitinho de Aragão Bulcão explicam que a advocacia preventiva, compliance e boa documentação são hoje a linha tênue entre a prática segura e o risco jurídico. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Averbação premonitória tem limites: decisões afastam ofícios do MP como títulos registráveis e relativizam impactos de irregularidades urbanísticas, apontam Sérgio Jacomino e Nataly Cruz. ()

Leitura Legal

Testamento vital, bioética e liberdade: até onde vai a vontade do paciente? A análise do promotor de Justiça aposentado Eudes Quintino de Oliveira Júnior mergulha nas diretivas antecipadas e nos limites entre autonomia, medicina e lei. ()

Migalhas de peso

- "Rejeição de Messias pelo Senado: É hora de Lula indicar uma mulher para o STF", por Luiza Nagib Eluf. ()

- "Quando o mundo pega fogo, onde está o seu dinheiro?", por Paula Veit (NFA - Negrão Ferrari Advogados). ()

- "Quando o dissenso se torna inquérito: Judicialização do debate eleitoral, imunidade parlamentar e desfiguração do sistema acusatório no caso Flávio

Bolsonaro", por Daniela Caldas Rosa Alves Coelho e Renato Gustavo Alves Coelho (Rosa Dias Guerra Advogados). ()

- "Recuperação judicial no agro: O sinal do CNJ para o mercado de crédito", por Luis Fernando Guerrero e Luis Fernando Hiar (Lobo de Rizzo). ()

- "STF impõe limites aos municípios: Como o Tema 1.217 redefine a cobrança de créditos tributários", por Lucas Raposo e Matheus Melo (Queiroz Cavalcanti Advocacia). ()

- "Penalidades do IBS e da CBS: Pontos críticos, teses e impactos para o mercado", por Sandra Stocco de Siqueira (Gaia Silva Gaede Advogados). ()

- "O paradoxo das redes privativas: Controle local, patentes globais", por Brenda Albuquerque (Di Blasi, Parente & Associados). ()

- "Hipossuficiência não é incapacidade", por Henrique Parada (Parada Advogados). ()

- "Instituições fiscais independentes estaduais como Instrumento de transparência, disciplina orçamental e qualidade da despesa pública", por Vanessa Cerqueira Reis (Medina Osório Advogados). ()

Negociação

Mattos Filho assessorou a Vitru Educação S.A. na oferta pública inicial de distribuição primária de 13.614.704 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames. ()

Baú migalheiro

Há 65 anos, em 4 de maio de 1961, teve início a jornada dos "Freedom Riders" (Viajantes da Liberdade), no contexto do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos. O grupo, composto por ativistas negros e brancos, iniciou uma viagem de ônibus pelo sul do país com o objetivo de desafiar a segregação racial nos transportes interestaduais, mesmo após decisões da Suprema Corte que já a haviam declarado inconstitucional. Durante o trajeto, os ativistas enfrentaram violência, prisões e ataques racistas, especialmente em estados como Alabama e Mississippi. Apesar disso, a mobilização ganhou repercussão nacional e internacional, pressionando o governo Federal a agir. (Compartilhe)

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Sorteio

Estamos com sorteio aberto da obra "Cadeados Mentais: a prisão nossa de cada dia" (Editora Appris/Artêra Editorial, 119p.), escrita por Fabiana Polli. Em narrativa ficcional, a publicação expõe a realidade prisional e reforça a ideia de que a mente também pode aprisionar. Não deixe de participar! ()

Novidades

Dia 12/5, acontece o lançamento da obra "Direito Aeronáutico - Aplicação e Debates Necessários", com coautoria de Carlos Barbosa (Cerdeira, Rocha, Vendite, Barbosa, Borgo e Etchalus Advogados e Consultores Legais), na OAB/SP, com transmissão online e simultânea. () Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados preparou material sobre "Cláusulas Sensíveis em Contratos Empresariais: onde os litígios começam". A apresentação aborda temas como limitação de responsabilidade, cláusulas penais, SLA, rescisão imotivada e boas práticas de redação contratual, todos com base no Código Civil Brasileiro e na experiência prática em gestão de contratos empresariais. () Pinheiro Neto Advogados divulgou "Afretamento de embarcações de apoio - Revisão concorrencial de norma da Antaq". ()

Migalhíssimas

Amanhã, às 10h, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Direito de Família" com o tema "Advogando no Direito das Famílias", pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ". Amanhã, às 11h, Rita Cortez (AJS - Cortez & Advogados Associados e presidente do IAB) participa da reinauguração da Biblioteca do STJ, em Brasília. Janaína Rodrigues e Pedro Henrique Monteiro de Barros da Silva Neto, de Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, participam do seminário "Caminhos para o Fortalecimento das Organizações da Sociedade Civil na Amazônia", realizado pelo MP/PA em parceria com o escritório e o Projeto Saúde e Alegria. No encontro, Janaína fará a exposição do painel "Marco Regulatório do Terceiro Setor e Compliance aplicado às Organizações da Sociedade Civil". Pedro Henrique, por sua vez, será facilitador da oficina técnica "Contratos Justos na Amazônia". O evento, promovido no dia 6/5, será no MP de Santarém. Dias 11 e 12/5, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, acontece o "I Seminário Luso-Brasileiro de Direito Imobiliário" (). O evento

é coordenado por Alexandre Junqueira Gomide (Junqueira Gomide Advogados) e Fernando Araújo. Confira a programação, . Marcelo Terra, de Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados, é um dos especialistas convidados para o "I Seminário Luso-Brasileiro de Direito Imobiliário". No segundo dia do evento, Marcelo participará de duas frentes no seminário. Às 10h15, será palestrante no painel dedicado à estruturação de empreendimentos imobiliários complexos no Brasil; e às 11h, assume a função de moderador no debate "Da promessa de compra e venda ao contrato definitivo: semelhanças e diferenças entre o regime brasileiro e português". No âmbito da **Propriedade Intelectual**, orientar empresas sobre a melhor forma de proteger seus ativos - seja como segredo ou por meio de registros - é um processo diretamente ligado ao planejamento estratégico do negócio. Nesse contexto, Viviane Kunisawa, da DANIEL, sinaliza que a orientação é contar com um time interno de PI ou com um escritório parceiro que acompanhe a rotina da empresa e possa estabelecer estratégias específicas. Para saber mais sobre esse cenário, assista ao corte do podcast "Daniel on air". O episódio completo já está disponível no canal do YouTube. () Marcos Perez, de

Manesco Advogados, foi reconduzido ao Conselho Consultivo da ABDIB - Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base. O atual mandato vai de 2026/29.

Mulheres na arbitragem

O Colégio Notarial do Brasil - Seção São Paulo (CNB/SP), por meio de sua **Câmara de Arbitragem**, realizará, no dia 7/5, o evento "Mulheres na Arbitragem", para debater o protagonismo feminino, a excelência técnica e os desafios práticos da arbitragem no ambiente extrajudicial, em um cenário de fortalecimento da desjudicialização. ()

Chamada de artigos

A Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, da Faculdade de Direito da USP, lançou chamada especial de artigos sobre **"Propriedade Intelectual"**. Desde 1951, a publicação contribui para o desenvolvimento do direito comercial brasileiro, reunindo trabalhos de autores nacionais e estrangeiros. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

AP/Amapá

PR/Quedas do Iguaçu

RS/Igrejinha

SC/Lebon Régis

SP/Louveira

SP/Poloni

SP/Rifaina

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

CartaCapital

"Internacional fascista"

Veja

"Derrota histórica"

IstoÉ

"Humilhação no Plenário"

The New York Times - EUA

"Vision for Contained War Getting Away From Trump"

The Washington Post - EUA

"Trapped in a kill zone for 177 days, his wife's voice was his lifeline"

Corriere della Sera - Itália

"Missione di Rubio per incontrare il Papa e Meloni"

Clarín - Argentina

"Caputo con empresarios: no hay riesgo de que vuelva el kirchnerismo"

El País - Espanha

"La regularización de inmigrantes divide a los españoles en función del voto"

Público - Portugal

"Cantinas escolares vão mudar para atrair mais alunos"

Die Welt - Alemanha

"Truppenabzug: Rätselraten über Trumps Plan"

The Guardian - Inglaterra

"Alarm over 'toothless' oversight of AI facial recognition systems"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Ferramentas de IA são usadas em 42% dos golpes virtuais no Brasil"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Inteligência artificial transforma campanhas eleitorais neste ano"

O Globo - Rio de Janeiro

"Acesso a crédito dobra entre os jovens e pressiona inadimplência"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Novas táticas no cerco às facções no Estado"

Correio Braziliense - Brasília

"Ex-presidente do STF defende urnas e apoia dosimetria"

Zero Hora - Porto Alegre

"Internações por influenza crescem 533% e RS decreta emergência na saúde pública"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Estado registra mais de 9,5 mil desabrigados ou desalojados"

Parlamentares tentam retomar cronograma para PL de IA



Nesta terça, dia 05 de maio, os vice-líderes que integram a Comissão Especial que analisa o projeto de lei 2.338/2023 (PL de IA) farão uma reunião com a presidente do colegiado, deputada Luísa Canziani (União-PR) e o relator da matéria deputado, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), para discutir o cronograma para votação do parecer da matéria na Comissão.

Esta semana, parlamentares informaram que, na reunião de líderes, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), apontou um cronograma de tramitação da matéria na casa, sendo o dia 19 de maio definido para apresentação

do relatório pelo deputado Aguinaldo Ribeiro e dia 27 de maio para aprovação do projeto de lei em plenário.

Um dos principais gargalos da matéria, segundo parlamentares que estão na Comissão, é o **direito autoral**. Em março, fontes ouvidas na Câmara dos Deputados apontaram que a previsão de votação da matéria, se ocorresse este ano, seria para depois das eleições. "Aguinaldo ainda não conseguiu alinhar uma proposta que dialogue. E ele não tem o perfil de enfrentamento", disse a fonte na época.

A Comissão Especial, presidida pela deputada Luisa Canziani (PSD-PR), ainda não realizou nenhuma reunião este ano. Em fevereiro, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), um dos integrantes da Comissão Especial que analisa a matéria, afirmou a este noticiário que o projeto estava previsto para ser votado em fevereiro.

Além de criar um marco legal para o uso de IA no Brasil, o texto prevê entre outros pontos, a criação de um sistema regulatório de IA, que envolve diversos órgãos que já atuam regulando o uso da tecnologia nos seus mercados setoriais, coordenado pela ANPD (Marcos Urupá, em colaboração para TELETIME).

PL dos minerais críticos deve ser votado nesta semana na Câmara



Relatório que será apresentado hoje (4) prevê benefícios fiscais progressivos conforme avanço na cadeia produtiva

O relator da política nacional dos minerais críticos, deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), apresentará nesta segunda-feira (4) um projeto que condiciona incentivos fiscais ao nível de transformação mineral realizado no Brasil. A proposta estabelece um modelo escalonado, no qual empresas que avançarem mais na cadeia produtiva poderão acessar benefícios maiores.

A expectativa é que o texto seja votado ainda nesta semana no plenário da Câmara. A medida busca estimular a industrialização do setor mineral e ampliar a participação do país em etapas de maior valor econômico e tecnológico.

O relatório introduz uma lógica de incentivo progressivo, diferenciando projetos conforme o grau de agregação de valor. Segundo Jardim, a intenção é privilegiar iniciativas que vão além da simples extração, promovendo etapas como beneficiamento e transformação industrial.

No caso das terras raras, projetos limitados à extração tendem a receber menos incentivos do que aqueles que avancem para a produção de concentrados ou etapas mais sofisticadas, como separação de óxidos, incluindo neodímio e praseodímio, e fabricação de insumos industriais, como ligas metálicas e ímãs permanentes.

A proposta se insere em um contexto de reorganização global das cadeias de minerais críticos. Para o relator, o Brasil precisa aproveitar esse cenário não

apenas para expandir a produção, mas para ocupar posições mais estratégicas e tecnológicas.

Além do modelo fiscal, o texto inclui um conjunto de instrumentos de estímulo ao setor. Entre eles estão a isenção de Imposto de Renda sobre remessas ao exterior relacionadas a tecnologia e **propriedade intelectual**, a inclusão de atividades minerais na **Lei do Bem** e a ampliação do Reidi (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura) para projetos de lavra e transformação. Também está prevista a criação de um regime aduaneiro especial para importação de equipamentos destinados ao setor.

O relatório propõe ainda a criação de um fundo garantidor de natureza privada, voltado à redução de riscos financeiros e à facilitação do acesso a crédito, especialmente em projetos intensivos em capital.

Outro ponto é a instituição do Conselho de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), que terá a função de coordenar a política nacional, definir prioridades e orientar a aplicação de incentivos e financiamentos. A iniciativa busca reduzir a fragmentação decisória entre órgãos públicos.

Também está prevista a criação de um cadastro nacional de projetos estratégicos, com o objetivo de centralizar informações, diminuir sobreposições burocráticas e dar maior previsibilidade às políticas públicas.

A proposta integra um esforço mais amplo para consolidar a política de minerais críticos como agenda de Estado, combinando planejamento, financiamento e incentivos para evitar que o país permaneça restrito à exportação de matérias-primas em um cenário de crescente demanda global por insumos ligados à transição energética e à indústria tecnológica.

A OESP não é responsável por erros, incorreções, atrasos ou quaisquer decisões tomadas por seus clientes com base nos Conteúdos ora disponibilizados, bem como tais Conteúdos não representam a opinião da OESP e são de inteira responsabilidade da Agência Minera Brasil.

Setor audiovisual é estratégico na estrutura produtiva



RENÊ GARCIA JÚNIOR

Durante muito tempo, o desenvolvimento foi associado quase exclusivamente à expansão industrial, à infraestrutura física e ao aumento das exportações tradicionais. Essa visão cumpriu seu papel histórico. Mas a economia do século XXI exige compreensão mais ampla.

Ativos intangíveis, como conhecimento e inovação, tornaram-se centrais. Nesse contexto, a indústria audiovisual deixa de ser apenas expressão cultural e passa a ocupar lugar estratégico na estrutura produtiva, combinando criatividade, tecnologia, serviços especializados e projeção internacional.

O setor audiovisual é uma indústria de portfólio, marcada por incertezas: poucas obras concentram grande parte dos resultados, enquanto muitas exercem papel estruturante na formação de talentos e cadeias produtivas. Esse ambiente exige instrumentos financeiros compatíveis.

Fundos estruturados assumem relevância. O Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), operacionalizado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), articula diferentes instrumentos de fomento, fortalecendo o planejamento das empresas participantes.

Em 2025, o Sistema FSA, com o BRDE como agente técnico e financeiro, recebeu 2.523 inscri-

ções em 26 chamadas públicas e linhas de crédito. O volume contratado superou R\$ 891 milhões,

crescimento de 29,7% sobre 2024, alcançando 23 estados e o Distrito Federal. Desembolsos ultrapassaram R\$ 851 milhões. Mais relevante que o volume financeiro é o efeito estruturante. O Fundo contempla produção, distribuição, infraestrutura e novas mídias, permitindo atuação integrada. Em convergência tecnológica, o setor audiovisual dialoga com plataformas digitais, software, telecomunicações e formação de capital humano qualificado. Fortalecer escolas e polos de formação audiovisual é essencial.

Na economia contemporânea, a indústria não depende apenas de atores, roteiristas e diretores, mas também de engenheiros de som, eletricitistas, técnicos de iluminação, cenografia, especialistas em efeitos visuais, programadores, designers e gestores de produção - uma cadeia intensiva em qualificação técnica e multidisciplinaridade.

Investir em formação amplia a empregabilidade, eleva padrões técnicos e cria ambiente propício à inovação. Países com centros de excelência e ecossistemas de capacitação transformaram o audiovisual em ativo estratégico. No Brasil, polos de formação podem fortalecer a competitividade e qualificar a inserção internacional.

No Paraná, o governo criou, em 2023, uma Film Commission para atrair e facilitar a produção de filmes, documentários e outros produtos audiovisuais, estruturando um ambiente favorável às produções.

A formalização de contratos com as 24 unidades federativas demonstra capilaridade territorial. Cada projeto mobiliza serviços locais e gera encadeamentos econômicos além da obra individual.

Instituições financeiras de desenvolvimento exercem papel específico. O BRDE atua como agente financeiro do FSA, gerindo fluxos de projetos aprovados pela Agência Nacional do Cinema, formalizando contratos e executando recursos, contribuindo para a estruturação sustentável e respon-

sável do mercado audiovisual.

A consolidação depende também de previsibilidade regulatória e segurança jurídica. Setores intensivos em **propriedade intelectual** demandam regras claras para acompanhar transformações tecnológicas.

Na economia contemporânea, a competitividade não se mede apenas por toneladas exportadas ou quilômetros pavimentados, mas também pela capacidade de gerar conteúdo e valor econômico associ-

ado. Economias fortes produzem bens; economias maduras também produzem cultura, parte essencial de sua estratégia de desenvolvimento.

Renê Garcia Júnior é diretor-presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul.

}

Em defesa da inovação



Especialistas consideram fundamental melhorar as condições para valorização de patentes na indústria farmacêutica

» RAPHAEL PATI

» DANANDRA ROCHA » ALICIA BERNARDES

» ANDREA MALCHER

Sem inovação, não há avanços na saúde. O modelo de regulação sobre as **patentes** e as **propriedades industriais** passa, necessariamente, pela proteção a quem investe no desenvolvimento de novos medicamentos. Essa foi a conclusão de autoridades e especialistas reunidos ontem no auditório do Correio Braziliense. Os participantes do evento "**Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?" realizado pelo jornal e pela **Interfarma**, debateram o tema em três painéis, com a **mediação** dos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Mariana Niederauer.

Na abertura do evento, o presidente da **Interfarma**, Renato Porto, celebrou o trigésimo aniversário da Lei de **Propriedade Industrial**. Ele destacou que legislação ajudou a inserir o Brasil no mapa global da inovação, mas afirmou que o debate atual precisa ir além do reconhecimento histórico. "A pergunta não é se a lei foi importante. Isso já está respondido. A questão agora é: o Brasil ainda trata a inovação como estratégia ou como um proble-

ma?", provocou.

Em defesa da inovação

Especialistas consideram fundamental melhorar as condições para valorização de patentes na indústria farmacêutica

Segundo ele, o principal risco hoje não é a defesa da **propriedade intelectual**, mas a estagnação do modelo. Porto apontou que o país enfrenta distorções, atrasos crônicos e insegurança jurídica, fatores que, na prática, penalizam tanto o ambiente de negócios quanto os pacientes. "Quando há atraso do Estado, quem paga é a inovação e o paciente", disse.

Porto também ressaltou a importância de fortalecer o ecossistema de pesquisa clínica no país. Ele citou a necessidade de atrair estudos para o Brasil não apenas pelo potencial de geração de patentes, mas pela formação de profissionais e pelo desenvolvimento científico. "Inovar é desenvolver gente", disse.

O especialista comentou, ainda, sobre a demora na análise de **patentes** farmacêuticas no país. Citou dados que indicam aumento no tempo de concessão, passando de 7,49 anos, em 2024, para mais de 8 anos em 2025. Para ele, esse cenário representa um dos "obstáculos" que precisam ser superados para acelerar o acesso a novas tecnologias em saúde.

Sem patentes, o ambiente de inovação na área de saúde pode estar comprometido, na avaliação do economista e especialista no setor farmacêutico na PB Gestão Empresarial, Pedro Bernardo. Na visão do convidado, faltam incentivos no Brasil para que as empresas

Conheça os principais aspectos sobre os desafios relacionados à regulamentação de patentes.



Pedro Bernardo: sem patente, copiar vira negócio

invistam em novas soluções para o setor, devido ao prazo de 20 anos para a **patente** de invenção (PI), que, segundo ele, é insuficiente.

"Se não tem **patente**, copiar compensa", disse Bernardo. Para ele, as empresas que copiam ganham vantagem por não ter que passar pelo mesmo tempo que as outras companhias que depositam uma **patente** no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi)**.

O prazo de 20 anos para a **patente** de invenção foi definido pela Lei de **Propriedade Industrial**, em vigor desde 1996. Apesar de parecer um tempo longo, o especialista explica que os prazos de pesquisa clínica são naturalmente maiores, além de o produto ter que passar por diversos passos antes de começar a ser vendido, de fato, para os consumidores finais, em farmácias, por exemplo. "Ora, copiar é um bom negócio. Eu copio, não corro risco, no dia seguinte eu estou vendendo e já estou ganhando dinheiro. Agora, se tem **patente** e não pode copiar, aí a inovação compensa. Aí eu preciso inovar para concorrer", sustentou o especialista.

Fonte: Pedro Bernardo, economista e especialista no setor farmacêutico na empresa PB Gestão Empresarial

Por sua vez, o presidente do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)**, Júlio César Moreira, defendeu uma abordagem mais estratégica para o uso de instrumentos de **propriedade intelectual**. Segundo ele, o debate precisa considerar não apenas o acesso a medicamentos, mas também a capacidade tecnológica do país.

Renato Porto: inovação não deve ser vista como problema no Brasil



Júlio César Moreira: desafios estruturantes no país

O presidente do **Inpi** rebateu a percepção de que o Brasil enfrenta um grande atraso na análise de patentes. De acordo com ele, o prazo médio atual é de 4,3 anos a partir do depósito, sendo que parte significativa desse período decorre de exigências legais. "Se descontarmos o tempo que somos obrigados a aguardar por lei, o exame leva cerca de 1,3 ano", explicou. Em áreas prioritárias, como a farmacêutica, o tempo pode cair para até sete meses.

Por fim, Moreira destacou desafios estruturais, como a dificuldade de proteger ativos relacionados à biodiversidade brasileira e limitações na legislação atual. Ele defendeu que o país avance na integração regional e no fortalecimento de seu ecossistema de inovação, aproveitando vantagens como a diversidade genética para ampliar a participação em pesquisas clínicas e no desenvolvimento de novas tecnologias em saúde.

No painel sobre a importância das patentes, a diretora de Política em Saúde da Federação Latino-Americana da Indústria Farmacêutica (Fifar), Raquel Sorza,

PATENTE X MONOPÓLIO

A patente não pode ser confundida com monopólio. A primeira refere-se a uma exclusividade temporária, resultado de investimento em pesquisa e inovação. O segundo configura uma situação de oferta: trata-se de uma única empresa a controlar a produção, sem substitutos próximos.



Enquanto a patente protege a inovação e garante a exclusividade do produto por um tempo determinado, o monopólio depende da ausência de alternativas. Patente estimula a concorrência; monopólio é a ausência de concorrência.

ATRASOS E AVANÇOS

A criação de um ambiente regulatório favorável à inovação tem efeito direto no mercado farmacêutico. A proteção de patente estimula investimentos em P&D; incentiva a competição tecnológica; favorece novas alternativas terapêuticas. "A concorrência não desaparece, ela evolui". Sem um ambiente que estimule a inovação, o país continuará dependente e ficará para trás na corrida por avanços na medicina e na saúde pública.

Destacou que os avanços científicos dependem não apenas de pesquisa, mas também de condições estruturais que permitam a inovação prosperar. Segundo a especialista colombiana, o sistema de **patentes** tem papel decisivo nesse processo, ao garantir segurança para investimentos e possibilitar que novas tecnologias cheguem aos pacientes.

A representante explicou que a entidade tem se dedicado a produzir estudos voltados à tomada de decisão baseada em evidências. Um dos principais trabalhos é o relatório de competitividade biofarmacêutica, que avalia o nível de atratividade dos países latino-americanos para investimentos no setor. O levantamento considera

setor farmacêutico na empresa PB Gestão Empresarial



Renato Porto: inovação não deve ser vista como problema no Brasil

cinco dimensões: capacidade científica, infraestrutura para ensaios clínicos, ambiente regulatório, acesso ao mercado e financiamento, além da proteção à **propriedade intelectual** (veja na página 7).

De acordo com os dados mais recentes, divulgados no ano passado, o Brasil ocupa a quarta posição no ranking regional. Sorza ressaltou que o resultado coloca o país entre os principais ecossistemas da América Latina, mas evidencia desafios importantes, especialmente no campo da **propriedade intelectual**. Ela observou que o Brasil se destaca positivamente no sistema regulatório, mas apresenta desempenho inferior nesse pilar específico.

Entre os principais entraves apontados para o Brasil estão o atraso na análise de patentes, a necessidade de ajustes nos prazos de proteção, questões relacionadas à proteção de dados e o reconhecimento limitado da inovação incremental. Para Sorza, o país tem uma oportunidade clara de avançar nesse campo, fortalecendo seu ecossistema de inovação e ampliando sua capacidade de atrair investimentos no setor biofarmacêutico.

A diretora técnica da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PagtcPB) e pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Nadja Oliveira, pontuou a importância da pesquisa acadêmica na cadeia de processos da **inovação tecnológica** e proteção de **propriedade intelectual**. Ela destacou que a inovação é a "última etapa da **transferência de tecnologia**" "Na Paraíba, somos um case muito interessante. Há cinco anos estamos no primeiro lugar do pódio de **patentes** entre as universidades brasileiras. Isso vem de um

trabalho fortalecido da valorização do que produzimos na academia", afirmou.

Nadja ponderou que a entrada de multinacionais e de indústrias dentro das universidades representou na Paraíba um "diferencial muito grande". "Porque temos, por exemplo, unidades Embrapii [Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial] que desenvolvem projetos com pesquisadores, com laboratórios e que a gente aporta recursos. A gente não aporta hoje recursos só na universidade e no parque tecnológico de Capes, CNPq e **Finep**", explicou.

Renato Porto: inovação não deve ser vista como problema



Raquel Sorza: Brasil pode se tornar mais atraente

A pesquisadora acrescentou que a Paraíba terá o primeiro computador quântico do país, resultado de uma parceria entre a China e o Brasil.

Entenda o debate

JORNADA DO MEDICAMENTO Veja o exemplo da demora 20 anos para um medicamento inovador chegar ao mercado. O nome do produto foi omitido.

Patente depositada no Brasil

ema no Brasil



Nadja Oliveira: academia e indústria são essenciais

Preço submetido à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed)

Incorporação no SUS pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec)

Registro deferido na **Anvisa**

Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi) concede a **patente**

13 Compra pelo Departamento de Logística em Saúde pelo governo federal. Patente extinta no mesmo mês

Mercado de carbono inspira



A experiência de outros setores, como o mercado de carbono, pode servir de referência para aprimorar a política de **propriedade intelectual** no Brasil, especialmente na área de **patentes**, afirmou Gabriela Dorlhiac, diretora-executiva do International Chamber of Commerce (ICC Brasil). "Olhar o que está sendo feito lá fora, entender o que funcionou e o que não funcionou é fundamental para construir políticas públicas mais eficientes e alinhadas com as melhores práticas internacionais", disse.

Segundo ela, iniciativas recentes mostram como esse processo pode ser aplicado na prática. "No caso do mercado de carbono, a pergunta central foi justamente: como isso está sendo feito em outros países?", explicou. A partir desse diagnóstico, foi possível identificar caminhos mais seguros. "A gente analisou experiências como a da Califórnia e da China para entender quais modelos deram certo e quais precisaram ser ajustados", afirmou.

Para Gabriela, esse tipo de análise é essencial em áreas estratégicas como a de **propriedade intelectual**. "Quando se cria uma política pública com grande impacto no setor privado, é importante evitar erros já cometidos e aproveitar as melhores práticas internacionais", destacou. Dorlhiac defendeu a modernização do ambiente regulatório brasileiro como peça-chave para ampliar a competitividade, impulsionar a inovação e tornar o país mais

atrativo a investimentos. Segundo ela, esse avanço passa, necessariamente, Dorlhiac: "É preciso que as regras conversem com o que já existe no mundo" por maior alinhamento com padrões internacionais. "Não adianta criar um modelo muito específico e isolado, que o investidor estrangeiro não consiga entender. É preciso que as regras conversem com o que já existe no mundo", disse.



Dorlhiac: "É preciso que as regras conversem com o que já existe no mundo, garantindo segurança a todas as partes envolvidas" disse.

A diretora-executiva citou, ainda, o exemplo da taxonomia verde brasileira.

"Desde o início, houve a preocupação em construir um modelo que dialogasse com padrões internacionais, evitando barreiras desnecessárias à entrada de investimentos". Na avaliação dela, essa lógica pode ser replicada no debate sobre patentes e inovação. "Não se trata de copiar, mas de partir de uma base comum, adaptando a realidade brasileira sem perder a conexão com o cenário global". Segundo Gabriela, o Brasil reúne ativos estratégicos relevantes, como criatividade, capital intelectual qualificado e um sistema de pesquisa robusto, mas ainda enfrenta dificuldades para converter esse potencial em desenvolvimento econômico. Para ela, um dos principais entraves é a distância entre universidades, centros de pesquisa e o setor produtivo.

A executiva também chamou atenção para a necessidade de rever normas e burocracias que, na avaliação dela, já não acompanham a velocidade da economia global.

"Há regras instituídas há décadas que precisam ser revisitadas. A economia hoje é muito mais dinâmica, mais ágil e os países precisam acompanhar essa transformação", afirmou. (RG, WL)

Alinhamento global é chave



{
» RAFAELA GONÇALVES » WAL LIMA

Em um cenário internacional cada vez mais marcado por medidas unilaterais, especialistas e executivos alertam para a falta de segurança jurídica na área de **propriedade intelectual**, especialmente no sistema de **patentes**. Esses elementos são considerados pilares essenciais para a inovação, a proteção do conhecimento e a atração de investimentos.

A fragmentação de regras e o aumento da incerteza nas normas tendem a dificultar o desenvolvimento tecnológico e a integração dos mercados. O debate esteve no centro do segundo painel do evento, com o tema "Benefícios da harmonização internacional para a inovação", que reuniu representantes do setor para discutir caminhos de maior convergência regulatória.

O diretor sênior da Pharmaceutical Research and Manufacturers of America (PhRMA), Anjam Aziz, fez alertas sobre os impactos da adoção de medidas unilaterais no sistema global de **propriedade intelectual**. Segundo ele, mudanças fragmentadas nas regras de **patentes** podem enfraquecer a previsibilidade necessária ao desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente na área da saúde, e acabar desestimulando investimentos em inovação em di-

ferentes países.

Ele defendeu a manutenção do acordo internacional sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** Relacionados ao Comércio (Trips) como referência mínima para a construção de marcos regulatórios modernos, estáveis e capazes de garantir previsibilidade a investimentos de longo prazo. "O acordo Trips é a base. Nós negociamos isso há 30 anos. No mínimo, precisamos garantir a manutenção desse marco", afirmou.

Para Aziz, a inovação exige atualização contínua dos marcos regulatórios, mas sem abrir mão de princípios como proteção de dados, exclusividade de mercado e direitos patentários. Ele destacou que novas tecnologias, como a inteligência artificial, impõem a necessidade de adaptação das leis sem enfraquecer os incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento.



Aziz: "Os padrões precisam evoluir em conjunto"

Segundo ele, a **propriedade intelectual** se tornou central na economia do conhecimento. "Hoje falamos de inteligência artificial, digitalização, novas plataformas de inovação e de como essas tecnologias precisam de um ambiente regulatório que acompanhe essa evolução. Os padrões precisam evoluir em conjunto", defendeu.

O executivo citou movimentos de modernização em países da América Latina e alertou para a necessidade de o Brasil avançar em ajustes regulatórios estratégicos. "Os países estão se movendo, os padrões estão evoluindo e precisamos avançar juntos. Esse é o caminho para construir um ambiente que beneficie governos, indústria e, principalmente, a sociedade, que depende da inovação para ter acesso a novas soluções em saúde e tecnologia", destacou.

Soberania

Com questões fundamentais para o desenvolvimento, especialmente na área de **propriedade intelectual**, ponderou. Ele destacou que o conceito de conciliar a integração do Brasil aos padrões internacionais com a preservação da soberania nacional é um dos principais desafios da política de **propriedade intelectual**, afirmou Daniel Lisboa, chefe da Divisão de **Propriedade Intelectual** do Ministério das Relações Exteriores. "O desafio é se integrar ao mundo sem perder soberania e particularidades", disse.

Lisboa destacou que o alinhamento internacional traz benefícios concretos. "É inegável que uniformizar procedimentos pode reduzir custos e aumentar a segurança jurídica, ampliando investimentos e o acesso a tecnologias", afirmou. Por outro lado, ressaltou que países em desenvolvimento enfrentam desafios próprios. "Há necessidades específicas que exigem cautela na adoção de padrões que podem limitar políticas domésticas", ponderou.

O diplomata também rebateu a percepção de que o Brasil resiste à proteção da **propriedade intelectual**. No cenário internacional, ele afirmou que o país busca uma integração gradual. "Temos aderido a acordos multilaterais e negociado no âmbito do Mercosul, inclusive com a União Europeia, mas evitamos compromissos que exijam mudanças drásticas na legislação", explicou.

Fonte: Federação Latinoamericana da Indústria Farmacêutica (Fifarma) - Relatório da Federação Latinoamericana da Indústria Farmacêutica (Fifarma) aponta que o país detém um bom sistema regulatório, apesar de ainda pecar na proteção da **propriedade intelectual** (PI).



Lisboa: "O desafio é se integrar ao mundo sem perder soberania"

PONTUAÇÕES (%) EM CINCO QUESITOS CAPACIDADES CIENTÍFICAS

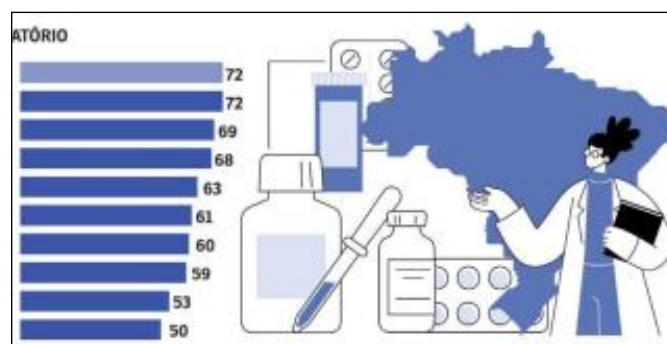
Costa Rica | México | Chile | Argentina | Peru | Colômbia | Brasil | Rep. Dominicana | Panamá | Equador |

PESQUISA CLÍNICA Chile [E México [E Costa Rica [E Brasil [E Argentina [E Colômbia [E Panamá [E Peru [E Rep. Dominicana [E Equador [E

Brasil

Chile

México



Americana da Indústria Farmacêutica (Fifarma)

Costa Rica Panamá

Rep. Dominicana Peru

Argentina Equador Colômbia

Lisboa também criticou o avanço de medidas unilaterais

ACESSO AO MERCADO Costa Rica [E Brasil [E Argentina [E Chile [E Panamá [E Rep. Dominicana [E Colômbia [E Peru [E México [E Equador

[E
Costa Rica México
Chile



Silveira: "É preciso avançar para uma harmonização habilitadora"

Panamá
Rep. Dominicana Peru
Equador
Brasil
Colômbia Argentina

no comércio global. "O Brasil vê com preocupação ações como as baseadas na Seção 301 da lei americana, que contrariam o sistema multilateral", disse. "Defendemos regras claras e apoiamos a reforma da OMC (Organização Mundial do Comércio)"

Correio Braziliense » Brasília, terça-feira, 5 de maio de 2026 * Economia e 7

A harmonização interna é um ponto chave para que o mundo do antera de acordo com o grero de Relações Internacionais da Câmara de Comércio. Segundo ele, não pode um paro mas não aprova a prática para coroar a propriedade do marco regulatório e marcos era em menos. "O Brasil tem avançado em pontos estratégicos, mas ainda de multilateral", disse. "Defendemos regras claras e apoiamos a reforma da OMC (Organização Mundial do Comércio)"

<i>Lisboa: "O desafio é se integrar ao mundo sem perder soberania", disse. É preciso avançar para uma harmonização habitado.

Ele disse que o país está mais preparado para começar. "Mens um amadas ie agro dee dem orgem beem, o que a protegia com emas cia"</i>}

Inovar é condição essencial para avanço na saúde



Inovar é condição essencial para avanço na saúde



Reunidos no Correio para discussões em três painéis, empresários, autoridades e especialistas debateram, ontem, o panorama do desenvolvimento de novos medicamentos no país. "O Brasil ainda trata a inovação como estratégia ou como um problema?", provocou presidente da **Interfarma**, Renato Porto, ao destacar o trigésimo aniversário da Lei de **Propriedade Industrial**, na abertura do evento **Propriedade intelectual** na agenda pública: o que está em jogo para a saúde? Segundo Porto, há distorções, atrasos e insegurança jurídica que penalizam tanto o ambiente de negócios quanto os pacientes. "Quando há atraso do Estado, quem paga é a inovação e o paciente", disse. Uma das principais conclusões dos participantes é que o modelo de regulação sobre as **patentes** e as **propriedades industriais** passa pela proteção a quem investe em

novos produtos. A **pirataria** no setor - que chega a 20% do mercado - e a urgência do alinhamento global também foram temas discutidos nesta segunda-feira.

E Carlos Alexandre de Souza mediará os painéis no Auditório do Correio



tícios da harmonização internacional para a inovação

O e Carlos Alexandre de Souza mediará os painéis no Auditório do Correio



Renato Porto Pedro Bernardo PÁGINAS 6 A 8

Pirataria chega a 20% no país



A **falsificação** de medicamentos é risco à saúde e à economia e, no Brasil, está diretamente associada ao crime organizado

» FERNANDA STRICKLAND » CAETANO YAMAMOTO*

A **falsificação** de medicamentos no Brasil alcançou níveis preocupantes e mobiliza autoridades e especialistas, devido aos riscos à saúde pública e dos impactos sobre a economia. O tema foi destaque no evento "**Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?", promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Inter-farma**.

Durante o debate, o advogado José Alexandre Buaiz Neto, sócio do Pinheiro Neto Advogados e presidente da Comissão de Integridade e Responsabilidade Corporativa da International Chamber of Commerce Brasil (ICC Brasil), comentou que os riscos à saúde são diretos. Ele destacou que medicamentos falsificados podem conter ingredientes incorretos, dosagens inadequadas ou até substâncias tóxicas. Buaiz Neto citou levantamento feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS), apontando que, em 2014, a **pirataria** de itens farmacêuticos teria causado cerca de 700 mil mortes, especialmente em tratamentos para doenças como malária e pneumonia. Ainda segundo a OMS, a **falsificação** de medicamentos pode chegar a 19% no mundo. No

Brasil, a cada 100 remédios vendidos, cerca de 20 são ou podem ser falsificados.

O problema se torna ainda mais sensível em mercados de alto valor, como o de medicamentos análogos de GLP-1, utilizados para emagrecimento - casos de produtos como Mounjaro e Ozempic. De acordo com Neto, o alto preço e a elevada demanda tornam esses itens alvos preferenciais de esquemas ilegais.

Jicamentos é risco à saúde e à economia e, no Brasil, está dire



Neto: "O crime organizado não é só alguém armado na favela. Está mais próximo, usando cadeias de distribuição"

Além das consequências clínicas, o impacto atinge a confiança do paciente e o ciclo de inovação da indústria farmacêutica. "Quando você perde lucratividade das receitas, a inovação tende a não ter tantos recursos para que se crie novos medicamentos", afirmou o advogado.

Segundo Neto, a **falsificação** de medicamentos no Brasil está diretamente associada ao crime organizado e, em muitos casos, à importação paralela - prática que ocorre fora dos canais oficiais de distribuição. Embora não defenda a proibição total desse tipo de importação, ele alerta para a falta de controle sobre rastreabilidade e qualidade.

O esquema envolve desde a entrada irregular de produtos e insumos no país até a reembalagem local e inserção no mercado formal. Em alguns casos, há indícios de uso de trabalho escravo na produção e

lavagem de dinheiro ao longo da cadeia. "Isso destrói a economia regular, pois não há pagamento de impostos nem remuneração adequada aos distribuidores", destacou. Para ele, quando feita de forma estruturada, a importação paralela gera concorrência desleal e preços artificialmente baixos, sem garantias de segurança.

O advogado também ressaltou a sofisticação das organizações criminosas. "O crime organizado não é só alguém armado na favela. Ele está mais próximo, usando cadeias de distribuição existentes, contatos internacionais e estruturas financeiras", afirmou, citando a Operação Carbono Oculto como exemplo desse nível de organização.

E Evitar a automedicação. E Não adquirir medicamentos pelas redes sociais ou sites sem CNPJ. E informar familiares e amigos sobre os riscos. E Descartar corretamente medicamentos vencidos ou suspeitos em pontos autorizados. E Atitudes individuais como essas ajudam a reduzir a circulação de produtos ilegais e proteger a saúde coletiva.



Ramalho: "O problema da contrafação exige respostas coordenadas"

Entre as recomendações para evitar medicamentos fraudulentos, especialistas destacam atenção ao preço - "se está barato demais, é falso" -, além da verificação de embalagens, bulas e qualidade de impressão. Medicamentos de alto custo, como os usados no tratamento de câncer ou doenças raras, são alvos frequentes por oferecerem alta margem de lucro e facilidade de transporte.

Combate à **pirataria**

No mesmo evento, o secretário de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvi-

mento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Pedro Ivo Sebba Ramalho, afirmou que a **propriedade intelectual** é tratada como prioridade pelo governo federal. Segundo ele, o tema integra um conjunto de ações estruturantes voltadas à melhoria

do ambiente de negócios, ao estímulo à inovação e à ampliação do acesso a tecnologias. A atuação envolve um grupo interministerial, com participação de órgãos como o Ministério da Justiça, responsável pelo **Conselho Nacional de Combate à Pirataria**. Ramalho destacou que o avanço da contrafação, especialmente no ambiente digital, amplia os prejuízos econômicos e os riscos ao consumidor. "O problema da contrafação é global e exige respostas coordenadas", disse.

Entre as medidas em andamento, estão operações integradas com a Secretaria Nacional do Consumidor, focadas principalmente em produtos da área da saúde, além de propostas de atualização do marco legal. Um dos projetos em tramitação é o PL 3.375, que prevê o endurecimento de penalidades para práticas ilegais.

O secretário também reforçou que não há risco de desabastecimento de medicamentos no país e que a importação deve ocorrer apenas em situações justificadas. Para ele, o enfrentamento da **falsificação** exige articulação entre governo, setor privado e sociedade civil, diante da complexidade e da escala do problema.



Neto: "O crime organizado não é só alguém armado na favela. Está mais próximo, usando cadeias de distribuição" Fonte: Interfar-

ma</u>

Ras "O prot do contação cio mts condi"

Diante dos riscos para a saúde, a **Interfarma** traz
algumas dicas para combater a **pirataria**

</i>

"Se não tem patente, copiar compensa", avalia economista



Sem patentes, o ambiente de inovação na área de saúde pode estar comprometido, na avaliação do economista e especialista no setor farmacêutico na PB Gestão Empresarial, Pedro Bernardo. Na visão do especialista, há uma falta de incentivos no Brasil para que as empresas invistam em novas soluções para o setor, devido ao prazo de 20 anos para a **patente** de invenção (PI), que, segundo ele, é insuficiente.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

"Se não tem **patente**, copiar compensa", disse Bernardo, durante o evento **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?, realizado nesta segunda-feira (4/5), pela **Interfarma** e Correio Braziliense. Segundo ele, as empresas que copiam ganham vantagem por não ter que passar pelo mesmo tempo que as outras companhias que depositam uma **patente** no **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**.

O prazo de 20 anos para a **patente** de invenção foi definido pela Lei de **Propriedade Industrial**, em vigor desde 1996. Apesar de parecer um tempo

longo, o especialista explica que os prazos de pesquisa clínica são naturalmente maiores, além de o produto ter que passar por diversos passos antes de começar a ser vendido, de fato, para os consumidores finais, em farmácias, por exemplo.

"Ora, copiar é um bom negócio. Eu copio, não passo por aquilo tudo que eu falei, não corro risco, no dia seguinte eu já estou vendendo e já estou ganhando dinheiro. Agora, se tem patente e não pode copiar, aí a inovação compensa. Aí eu preciso inovar para concorrer", sustentou o especialista durante exposição inicial do evento.

Aumento de concorrência

Na visão de Bernardo, ao invés da inovação, que, segundo ele, é cara, demorada e arriscada, a cópia teria "baixíssimo risco e retorno garantido". Por conta desse cenário, ele avalia que a regulação brasileira deve se concentrar em garantir melhores incentivos para as patentes, o que, na prática, significaria fomento à inovação na saúde e em outros setores essenciais.

O especialista também destaca que a concorrência não desaparece com o crescimento das patentes. "Ela evolui", comentou. Além disso, ele cita a dificuldade das empresas brasileiras que cresceram no mercado por meio da cópia de outros produtos patenteados apresentam no mercado internacional. Segundo o economista, elas enxergaram uma necessidade pela inovação.

"As nossas empresas desenvolveram uma capacidade muito grande de copiar. Hoje a gente tem muitas empresas nacionais que estão grandes e que já perceberam que precisam inovar e estão começando a investir nessa área. Então o que nós aprendemos ao longo do tempo? Que a patente não define o preço, não impede a concorrência e estimula a inovação", avalia Bernardo.

Presidente do INPI defende fortalecimento da inovação no Brasil



Júlio César Moreira afirma que país avançou na análise de **patentes**, mas ainda enfrenta desafios para gerar tecnologia própria no setor de saúde

O presidente do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, Júlio César Moreira, defendeu uma abordagem mais estratégica para o uso de instrumentos de **propriedade intelectual** durante o evento **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?, promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Interfarma**. Segundo ele, o debate sobre o tema precisa considerar não apenas o acesso a medicamentos, mas também a capacidade tecnológica do país.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Moreira fez críticas ao uso da licença compulsória no Brasil, embora reconheça que o mecanismo está previsto nas legislações nacional e internacional. Para ele, a ferramenta não deve ser utilizada como medida política sem que haja capacidade interna de produção tecnológica. "Quando tivermos condições de produzir medicamentos de ponta, faz parte do jogo. Do jeito que fazemos hoje, não cria capacidade tecnológica", afirmou.

Inovação travada? Entenda o impacto das patentes na saúde

O presidente do **INPI** também rebateu a percepção de que o Brasil enfrenta um grande atraso na análise de patentes. De acordo com ele, o prazo médio atual é de 4,3 anos a partir do depósito,

sendo que parte significativa desse período decorre de exigências legais. "Se descontarmos o tempo que somos obrigados a aguardar por lei, o exame leva cerca de 1,3 ano", explicou. Em áreas prioritárias, como a farmacêutica, o tempo pode cair para até sete meses.

Outro ponto destacado foi a predominância de pedidos de patentes vindos do exterior, que representam cerca de 75% do total analisado no país. Para Moreira, isso não é necessariamente negativo, pois demonstra o interesse do mercado internacional no Brasil. No entanto, ele ressaltou a necessidade de ampliar a capacidade nacional de gerar inovação e **registrar patentes** próprias.

O dirigente também pontuou que, embora **patentes** não determinem diretamente o preço dos medicamentos, elas influenciam decisões de investimento e políticas públicas. Ele citou demandas recentes do Ministério da Saúde para mapear tecnologias e orientar compras do Sistema Único de Saúde (SUS), reforçando que a **propriedade intelectual** tem impacto indireto na organização do setor.

Por fim, Moreira destacou desafios estruturais, como a dificuldade de proteger ativos relacionados à biodiversidade brasileira e limitações na legislação atual. Ele defendeu que o país avance na integração regional e no fortalecimento de seu ecossistema de inovação, aproveitando vantagens como a diversidade genética para ampliar a participação em pesquisas clínicas e no desenvolvimento de novas tecnologias em saúde.

é graduanda de Jornalismo e Comércio Exterior pela UDF. Integrante da Women Inside Trade (WIT), iniciativa que promove a participação feminina no comércio internacional, já estagiou no Poder360, atuando na produção das newsletters do jorn

Propriedade intelectual em debate: o que está em jogo para a saúde?



Evento reúne autoridades, especialistas e representantes do setor para discutir o papel estratégico da **propriedade intelectual** na saúde

Buscando fomentar um debate qualificado sobre os impactos da **propriedade intelectual** na saúde pública, o Correio Braziliense e a **Interfarma** promovem o evento "**Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?". O debate começa às 9h, com transmissão ao vivo no canal do Youtube do Correio. Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

A iniciativa reúne autoridades, especialistas e representantes do setor para discutir o papel estratégico da **propriedade intelectual** no desenvolvimento de novas tecnologias, no acesso a medicamentos e na sustentabilidade dos sistemas de saúde. O encontro propõe uma análise aprofundada sobre como equilibrar inovação, regulação e interesse público em um cenário cada vez mais desafiador. Fique por dentro das notícias que importam para você! SIGA O CORREIO BRAZILIENSE NO SIGA O CB NO

Acompanhe:

O evento também busca lançar luz sobre os principais entraves que impactam o avanço científico e a ampliação do acesso à saúde no Brasil, incentivando o diálogo entre diferentes atores e a construção de soluções que fortaleçam o ambiente de inovação no país. O presidente executivo da **Interfarma**, Renato Porto, afirma que "o que está em jogo é o

futuro da inovação em saúde no país", ao destacar que o tema ultrapassa interesses industriais. "A

propriedade intelectual impacta diretamente a capacidade de atrair pesquisa, desenvolver ciência e garantir acesso futuro a novas terapias", diz. Programação:

9h - 9h10 Abertura

Guilherme Machado, presidente do Correio Braziliense

Renato Porto, presidente da **Interfarma** - Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa 9h15 - 9h45 | Desmistificando a **propriedade intelectual** - soberania, desenvolvimento e acesso à saúde | 15 min de fala cada convidado

Keynote Speaker: Pedro Bernardo, economista e especialista no setor farmacêutico na empresa PB Gestão Empresarial Ltda. 9h50 - 10h40 | Painel 1: Riscos à inovação em saúde e o papel das patentes

Raquel Sorza, diretora de Política em Saúde (Fifar-ma)

Nadja Oliveira, diretora técnica da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTcPB) e pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (UEPB)

Julio César Moreira, presidente do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**

Renato Porto, presidente da **Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma)** 10h45 - 11h | Coffee break 11h - 11h50 | Painel 2: Benefícios da harmonização internacional para a inovação

Gabriela Dorlhiac, diretora-executiva do International Chamber of Commerce (ICC Brasil)

Kaike Silveira, gerente de Relações Governamentais da Amcham (a confirmar)

Anjam Aziz, diretor sênior da Pharmaceutical Research and Manufacturers of America (PhRMA)

Daniel Lisboa, chefe da Divisão de **Propriedade Intelectual** (DIPI) do Ministério das Relações Exteriores 11h55 - 12h45 | Painel 3: A escalada da

falsificação e **pirataria** - riscos à saúde e impactos na economia:

Leandro Safatle, presidente da **Anvisa**

José Alexandre Buaiz Neto , sócio Pinheiro Neto Advogados

Juliana Ghizzi Pires, diretora do Departamento de Política de **Propriedade Intelectual** e Infraestrutura da Qualidade do MDIC (a confirmar)

Erika Diago Rufino, diretora de Assuntos Regulatórios na Johnson & Johnson Innovative Medicine 12h50 - 13h05 | Encerramento

Luana Lima - Head de Políticas Públicas e Advocacy ABRALE/ABRASTA e coordenadora do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer (TJCC)

Fifarma reúne autoridades da saúde latinoamericana, com a presença de Padilha



Ministro da Saúde participa do Fifarma Annual Summit 2026, encontro que discute os novos desafios e oportunidades para a saúde no cenário latino-americano

A partir desta terça-feira (5/5), profissionais de referência em saúde de toda a América Latina se reúnem em Brasília para o Fifarma Annual Summit 2026. O evento, promovido pela Federação da Indústria Farmacêutica da América Latina (Fifarma), conta com a presença do ministro da Saúde Alexandre Padilha, que participa da abertura oficial.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

O encontro discute os novos desafios e oportunidades para a saúde no cenário latinoamericano, com temas centrais que norteiam cada dia de evento. Na terça, dia que conta com a participação de Padilha, os especialistas debatem temas em torno da saúde como motor de desenvolvimento.

Quando a inovação não chega a tempo: o custo da espera é o assunto central da quarta-feira (6/5), que discute as lacunas nos sistemas de saúde e agências regulatórias. A **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)** também marca presença, com o assessor de Assuntos Internacionais, Augusto Geyer.

Participam também autoridades de saúde públicas internacionais, como o ministro da Saúde de Cantabria, na Espanha, Cesar Pascual, e o ex-ministro da Saúde do Chile Enrique Paris.

O presidente da **Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma)**, Renato Porto, e executivos da entidade contribuem em diferentes painéis. Nesta segunda-feira (4/5), Porto esteve no Correio Braziliense para o debate **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?. O evento, uma parceria com a **Interfarma**, discute o papel estratégico da **propriedade intelectual** no desenvolvimento de novas tecnologias, no acesso a medicamentos e na sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Especialista aponta entraves em patentes e cobra avanços em inovação



Raquel Sorza, diretora de política em saúde da Fifarma, destaca fragilidades na **propriedade intelectual** e diz que país pode ganhar competitividade com ajustes regulatório

O Correio Braziliense, em parceria com a **Interfarma**, promoveu o evento "**Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?", reunindo especialistas para discutir os impactos da **propriedade intelectual** no acesso a medicamentos e no desenvolvimento científico. O encontro busca fomentar um debate qualificado sobre como o ambiente regulatório e jurídico influencia a inovação na área da saúde.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Durante o evento, a diretora de Política em Saúde da Federação Latino-Americana da Indústria Farmacêutica (Fifarma), Raquel Sorza, destacou que os avanços científicos dependem não apenas de pesquisa, mas também de condições estruturais que permitam a inovação prosperar. Segundo ela, o sistema de **patentes** tem papel decisivo nesse processo, ao garantir segurança para investimentos e possibilitar que novas tecnologias cheguem aos pacientes.

A representante explicou que a entidade tem se dedicado a produzir estudos voltados à tomada de decisão baseada em evidências. Um dos principais trabalhos é o relatório de competitividade biofarmacêutica, que avalia o nível de atratividade dos

países latino-americanos para investimentos no setor. O levantamento considera cinco dimensões:

capacidade científica, infraestrutura para ensaios clínicos, ambiente regulatório, acesso ao mercado e financiamento, além da proteção à **propriedade intelectual**.

De acordo com os dados mais recentes, divulgados no ano passado, o Brasil ocupa a quarta posição no ranking regional. Sorza ressaltou que o resultado coloca o país entre os principais ecossistemas da América Latina, mas evidencia desafios importantes, especialmente no campo da **propriedade intelectual**. Ela observou que o Brasil se destaca positivamente no sistema regulatório, mas apresenta desempenho inferior nesse pilar específico.

A diretora também chamou atenção para o fato de que o tamanho do mercado não é determinante para a liderança no ranking. Países menores, como a Costa Rica, aparecem em posições de destaque devido a políticas consistentes e favoráveis à inovação. Por outro lado, destacou que a perda de competitividade pode ocorrer rapidamente, como no caso da Colômbia, que saiu da liderança em 2017 para posições inferiores na edição mais recente do estudo.

Entre os principais entraves apontados para o Brasil estão o atraso na análise de patentes, a necessidade de ajustes nos prazos de proteção, questões relacionadas à proteção de dados e o reconhecimento limitado da inovação incremental. Para Sorza, o país tem uma oportunidade clara de avançar nesse campo, fortalecendo seu ecossistema de inovação e ampliando sua capacidade de atrair investimentos no setor biofarmacêutico.

é graduanda de Jornalismo e Comércio Exterior pela UDF. Integrante da Women Inside Trade (WIT), iniciativa que promove a participação feminina no comércio internacional, já estagiou no Poder360, atuando na produção das newsletters do jorn

"Patentes não são privilégios, são infraestrutura", diz Renato Porto



"**Patentes** não são privilégios. São infraestrutura de desenvolvimento." A afirmação do presidente da **Interfarma**, Renato Porto, deu o tom da abertura do Summit **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a saúde?, realizado nesta segunda-feira (4/5), no Correio.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Ao resgatar a trajetória da lei de **propriedade industrial**, Porto destacou que a legislação ajudou a inserir o Brasil no mapa global da inovação, mas afirmou que o debate atual precisa ir além do reconhecimento histórico. "A pergunta não é se a lei foi importante. Isso já está respondido. A questão agora é: o Brasil ainda trata a inovação como estratégia ou como um problema?", provocou.

Segundo ele, o principal risco hoje não é a defesa da **propriedade intelectual**, mas a estagnação do modelo. Porto apontou que o país enfrenta distorções, atrasos crônicos e insegurança jurídica, fatores que, na prática, penalizam tanto o ambiente de negócios quanto os pacientes. "Quando há atraso do Estado, quem paga é a inovação e o paciente", disse.

O presidente da **Interfarma** também criticou o uso recorrente de licenças compulsórias como instrumento de política pública. Para ele, trata-se de um mecanismo legítimo, mas que deve ser aplicado de forma excepcional. "Usá-la como política afasta investimento e reduz inovação", afirmou.

Outro ponto levantado foi a relação entre fragilidade na proteção intelectual e o aumento de práticas ilegais. "Sem proteção, cresce a **pirataria**, cresce o risco. **Falsificação** não é efeito colateral, é consequência", alertou, ao defender que o tema está diretamente ligado à segurança sanitária.

Ao encerrar, Porto reforçou que o país tem capacidade para avançar, mas precisa de decisões estruturais. "Entre previsibilidade ou improviso, entre investimento ou discurso. Aos 30 anos, a lei de **propriedade industrial** precisa evoluir para que o Brasil não fique preso ao passado", concluiu.

O evento, promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Interfarma**, reúne especialistas para discutir os desafios e caminhos da **propriedade intelectual** no contexto da saúde pública e do desenvolvimento tecnológico.

Manter soberania é o desafio na regulamentação sobre propriedade intelectual



Daniel Lisboa defende cautela na adoção de padrões globais de **propriedade intelectual** e destaca tensão entre integração internacional e autonomia nas políticas públicas brasileiras

A necessidade de equilibrar a harmonização internacional com a preservação de políticas públicas nacionais é um dos principais desafios da **propriedade intelectual** brasileira, afirmou Daniel Lisboa, chefe da Divisão de **Propriedade Intelectual** do Ministério das Relações Exteriores.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

"Há uma tensão entre a harmonização e o espaço para políticas mais autônomas, e isso é central para uma estratégia que maximize inovação e investimentos", disse. A declaração foi feita durante o segundo painel do Summit **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?.

Realizado pelo Correio Braziliense e pela **Interfarma**, o encontro reúne autoridades e especialistas para discutir os impactos da **propriedade intelectual** na inovação, no acesso a medicamentos e na sustentabilidade dos sistemas de saúde.

Segundo ele, a Divisão de **Propriedade Intelectual** do Itamaraty atua justamente na ponte entre regras globais e a legislação brasileira. "Somos responsáveis por fazer a conexão entre os regimes internacionais de proteção e o nosso arcabouço doméstico", explicou.

Lisboa destacou que o alinhamento internacional traz benefícios concretos. "É inegável que uniformizar procedimentos pode reduzir custos e aumentar a segurança jurídica, ampliando investimentos e o acesso a tecnologias", afirmou. Por outro lado, ressaltou que países em desenvolvimento enfrentam desafios próprios. "Há necessidades específicas que exigem cautela na adoção de padrões que podem limitar políticas domésticas", ponderou.

Assista:

O diplomata também rebateu a percepção de que o Brasil resiste à proteção da **propriedade intelectual**. "Nossa posição é muitas vezes vista de forma simplificada, mas nossa relação com esses regimes é histórica e mais complexa", disse. Como exemplo, citou o pioneirismo nacional: "O Brasil teve a primeira lei de **patentes** da América Latina, ainda em 1809".

No cenário internacional, ele afirmou que o país busca uma integração gradual. "Temos aderido a acordos multilaterais e negociado no âmbito do Mercosul, inclusive com a União Europeia, mas evitamos compromissos que exijam mudanças drásticas na legislação", explicou. "O desafio é se integrar ao mundo sem perder soberania e particularidades."

Seção 301

Lisboa também criticou o avanço de medidas unilaterais no comércio global. "O Brasil vê com preocupação ações como as baseadas na Seção 301 da lei americana, que contrariam o sistema multilateral", disse. "Defendemos regras claras e apoiamos a reforma da OMC (Organização Mundial do Comércio)."

Ele avaliou ainda que o país está mais preparado para esse cenário. "Houve um amadurecimento significativo dos órgãos brasileiros, o que nos permite negociar com mais clareza e segurança sobre o que interessa ao país", afirmou.

Diretora do ICC Brasil defende modernização regulatória para inovação



Diretora-executiva da Câmara de Comércio Internacional (ICC Brasil), Gabriela Dorlhiac afirma que revisão de regras, redução de burocracias e maior segurança jurídica são essenciais para atrair investimentos

A diretora-executiva da Câmara de Comércio Internacional (ICC Brasil), Gabriela Dorlhiac, defendeu nesta segunda-feira (4/5) a modernização do ambiente regulatório brasileiro como caminho para ampliar a competitividade, impulsionar a inovação e atrair investimentos. A declaração foi dada durante o segundo painel do evento **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?, promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Interfarma**.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Segundo Gabriela, o Brasil reúne ativos estratégicos importantes, como criatividade, capital intelectual qualificado e um sistema de pesquisa robusto, mas ainda enfrenta dificuldades para transformar esse potencial em desenvolvimento econômico. Para ela, um dos principais desafios é aproximar universidades, centros de pesquisa e setor produtivo, criando condições para que a inovação gere atividade econômica de forma consistente.

A executiva também chamou atenção para a necessidade de rever normas e burocracias que, na avaliação dela, já não acompanham a velocidade da economia global. "Há regras instituídas há décadas que precisam ser revisitadas. A economia hoje é muito mais dinâmica, mais ágil e os países precisam acompanhar essa transformação", afirmou.

Inovação travada? Entenda o impacto das patentes na saúde no Brasil

Gabriela destacou ainda que segurança jurídica e previsibilidade regulatória são fatores decisivos para a atração de capital. Na visão dela, investidores precisam ter clareza sobre o ambiente de negócios e confiança nas regras para apostar em setores estratégicos do país, especialmente aqueles ligados à inovação e ao desenvolvimento sustentável.

Na sequência, ela defendeu maior protagonismo do Brasil nos debates internacionais sobre **propriedade intelectual**, argumentando que o país pode contribuir para a formulação de novas regras globais ao mesmo tempo em que fortalece internamente seu ambiente de negócios.

Anjam Aziz defende manutenção de marco global da propriedade intelectual



Diretor sênior da Pharmaceutical Research and Manufacturers of America (PhRMA) afirma que acordo internacional segue como base para proteção da inovação diante de avanços tecnológicos e novos desafios regulatórios

O diretor sênior da Pharmaceutical Research and Manufacturers of America (PhRMA), Anjam Aziz, defendeu a preservação do acordo internacional sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** Relacionados ao Comércio (Trips) como base mínima para a proteção da inovação, especialmente em um cenário marcado por avanços tecnológicos acelerados e novos desafios regulatórios.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Durante participação no segundo painel do evento **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O

que está em jogo para a Saúde?, promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Interfarma** nesta segunda-feira (4/5), Aziz ressaltou que o acordo firmado há cerca de 30 anos continua sendo uma referência essencial para a governança global da **propriedade intelectual**.

"O acordo Trips é a base. Nós negociamos isso há 30 anos. No mínimo, precisamos garantir a manutenção desse marco", afirmou.

Inovação travada? Entenda o impacto das patentes na saúde no Brasil

Segundo ele, o avanço de novas tecnologias, como a inteligência artificial, impõe desafios adicionais aos países, que ainda buscam caminhos regulatórios capazes de equilibrar inovação, proteção intelectual e desenvolvimento econômico. Aziz citou iniciativas recentes da União Europeia para regulamentar **propriedade intelectual** no contexto da inteligência artificial como exemplo de um movimento global de adaptação às novas realidades tecnológicas.

Na avaliação do executivo, diferentes setores - da indústria farmacêutica ao segmento de tecnologia - enfrentam hoje questões semelhantes sobre como preservar incentivos à inovação em um ambiente de rápidas transformações. Para ele, manter marcos regulatórios sólidos e previsíveis será decisivo para garantir segurança ao investimento e continuidade no desenvolvimento de novas soluções.

Pesquisa é essencial para inovação tecnológica, diz professora da UEPB



Diretora técnica do Parque Tecnológico da Paraíba, Nadja Oliveira, destaca a universidade pública como uma porta de entrada para parcerias com segundo setor

A diretora técnica da Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqtcPB) e pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Nadja Oliveira, pontuou a importância da pesquisa acadêmica na cadeia de processos da **inovação tecnológica** e proteção de **propriedade intelectual** no Summit **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?, promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Interfarma**, nesta segunda-feira (4/5).

A pesquisadora destaca que a inovação é a "última etapa da **transferência de tecnologia**". "Na Paraíba, somos um case muito interessante. Há cinco anos estamos no primeiro lugar do pódio de **patentes** entre as universidades brasileiras. Isso vem de um trabalho fortalecido da valorização do que produzimos na academia."

No carnaval deste ano, a tecnologia de identificação do metanol foi motivo de orgulho para a universidade estadual. "A cromatografia, que é uma tecnologia muito conhecida de ensaio, mas muito mais apurada, [foi aplicada] de uma forma mais linear para a identificação do metanol e de outros contaminantes que pudessem estar na bebida destilada", exemplificou.

Oliveira avaliou que os investimentos públicos nas universidades acabam não sendo políticas de Estado, mas, sim, de governo. "A cada mudança, a cada processo eleitoral, processo de mudança de gestores, o cenário é de incerteza da política pública que sustenta este arcabouço."

"Vivemos isso durante a pandemia [da covid-19]. Percebemos que, para várias coisas, a gente era montador de equipamentos e não produzíamos o essencial, inclusive para as vacinas, quando, na verdade, a gente tem uma qualidade dentro das universidades muito robusta", afirmou.

Nadja também ponderou que a entrada do segundo setor, isto é, as empresas multinacionais e indústrias, dentro das universidades representou na Paraíba um "diferencial muito grande".

"Porque temos, por exemplo, unidades Embrapii [Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial] que desenvolvem projetos com pesquisadores, com laboratórios e que a gente aporta recursos. A gente não aporta hoje recursos só na universidade e no parque tecnológico de Capes, CNPq e **Finep**", explicou Nadja que acrescentou, ainda, que a Paraíba terá o primeiro computador quântico do país, parceria entre a China e o Brasil.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Amcham: "Harmonização internacional é chave para a propriedade intelectual"



A harmonização internacional é um ponto-chave para o avanço da **propriedade intelectual** no país. A avaliação é do gerente de Relações Governamentais da Amcham, Kaike Silveira. Segundo ele, alinhar normas brasileiras aos padrões globais não apenas fortalece a segurança jurídica, como também amplia a competitividade do Brasil no cenário internacional e atrai mais investimentos em inovação.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

"O Brasil tem avançado em pontos estratégicos, mas ainda há bastante espaço para lidar com questões fundamentais para o desenvolvimento, especialmente na área de **propriedade intelectual**", disse. A declaração foi feita durante o segundo painel do evento "**Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?".

Realizado pelo Correio Braziliense e pela **Interfarma**, o encontro promove debate sobre os impactos da **propriedade intelectual** na saúde pública, reunindo autoridades e especialistas para discutir ino-

vação, acesso a medicamentos e sustentabilidade dos sistemas de saúde.

"Para a Amcham, essa é uma discussão central. Temos acompanhado o debate legislativo justamente no sentido de superar esse hiato e garantir a harmonização com as melhores práticas internacionais", afirmou Silveira

Ele destacou que o conceito de harmonização deve ir além das regras formais. "Estamos muito acostumados a falar de harmonização do ponto de vista regulatório. Mas, quando falamos de **propriedade intelectual**, é preciso avançar para uma harmonização que seja habilitadora, que crie condições para um ambiente mais inovador, eficiente e com maior segurança jurídica."

Assista:

Silveira também ressaltou a relevância do Brasil no cenário global. "O Brasil é um mercado extremamente importante na estratégia das empresas internacionais. Hoje, cerca de 30% dos pedidos de patentes feitos no país são de empresas americanas, o que reforça a importância do fluxo de comércio entre os dois países."

Apesar dos avanços recentes, ele ponderou que ainda há desafios. "É preciso que estejamos falando a mesma língua, com conceitos alinhados, para que o diálogo seja aproveitado e possamos colher os frutos dessa maior agilidade, garantindo segurança a todas as partes envolvidas", disse.

O executivo ainda mencionou os 30 anos da Lei de **Propriedade Intelectual** como um marco importante. "Foi o primeiro alinhamento efetivo do Brasil aos padrões internacionais sobre o tema e estabeleceu as bases para o cenário que temos hoje", concluiu.

Falsificação de medicamentos deixa paciente vulnerável, diz Erika Diago



Diretora de Assuntos Regulatórios da Johnson & Johnson aponta impacto direto em tratamentos e defende rastreabilidade e proteção patentária

A **falsificação** de medicamentos tem impacto direto na saúde dos pacientes e no funcionamento do sistema público e privado, reforçou Erika Diago Rufino, diretora de Assuntos Regulatórios da Johnson & Johnson Innovative Medicine, durante o Summit **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?, promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Inter-farma**.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

"A **falsificação** é crime, crime hediondo, de acordo com o artigo 27 do Código Penal, e deve ser combatida tanto criminalmente quanto sanitariamente. O impactado é sempre o paciente, que fica vulnerável quando busca um tratamento", afirmou. Segundo ela, dados da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária** indicam que grande parte das **falsificações** envolve medicamentos de alto custo, utilizados no tratamento de câncer e doenças raras.

A especialista também destacou que o problema atinge tanto o sistema público quanto o privado. Nesse contexto, ela apontou a rastreabilidade como um dos principais desafios. "Outros setores já possuem sistemas de rastreio, mas os medicamentos ainda não conseguem ser acompanhados em toda a cadeia", afirmou. Para Erika, ampliar esse controle é essencial para reduzir a circulação de produtos falsificados.

Outro ponto abordado foi o impacto da **propriedade intelectual** no desenvolvimento de novos tratamentos. "Sete em cada dez medicamentos para doenças raras são desenvolvidos graças à proteção patentária. Em média, são necessários US\$ 2,6 bilhões em investimentos para que uma seja comercializada", explicou.

* Mariana Niederauer

Propriedade intelectual é prioridade do governo, diz secretário do MDIC



Pedro Ivo Sebba Ramalho defende segurança jurídica, combate à **pirataria** e cooperação interministerial para fortalecer inovação e acesso a tecnologias

A **propriedade intelectual** tem sido tratada como prioridade pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com foco na melhoria do ambiente de negócios, no estímulo à inovação e no acesso da população a tecnologias. A avaliação foi apresentada pelo secretário de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Pedro Ivo Sebba Ramalho, durante o segundo painel do evento **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?, promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Interfarma** nesta segunda-feira (4/5).

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Segundo o secretário, o tema está no centro de um conjunto de ações estruturantes conduzidas desde o início da atual gestão. Entre os pilares destacados estão a previsibilidade regulatória e a segurança jurídica, consideradas bases para o fortalecimento do ambiente econômico. Ele ponderou, no entanto, que esses elementos devem ser entendidos como instrumentos para um objetivo maior: elevar a competitividade das empresas e ampliar o acesso a tecnologias.

"**Propriedade intelectual** é uma ferramenta importante para promover inovação, proteger o setor produtivo e beneficiar o cidadão, com um ambiente mais favorável ao desenvolvimento", afirmou.

Ramalho destacou que o governo federal coordena o tema por meio de um grupo interministerial de **propriedade intelectual**, com atuação integrada a outros órgãos, como o Ministério da Justiça e Segurança Pública, responsável pelo **Conselho Nacional de Combate à Pirataria**. A articulação envolve ainda empresas e a sociedade civil, diante da complexidade crescente do tema.

Um dos principais desafios apontados é o avanço e a sofisticação do comércio ilegal, especialmente no ambiente digital. De acordo com o secretário, a venda de produtos falsificados por meio de plataformas online tem ampliado os impactos negativos sobre a economia e sobre a segurança dos consumidores, frequentemente associada a produtos fora de conformidade.

"O problema da contrafação é global, com prejuízos relevantes para governos e economias, e exige respostas coordenadas", disse.

Entre as iniciativas em curso, Ramalho citou a realização de operações integradas com a Secretaria Nacional do Consumidor, voltadas especialmente para produtos ligados à área da saúde - foco do debate no evento. Essas ações buscam coibir irregularidades e fortalecer a fiscalização.

O secretário também ressaltou que práticas como importação paralela e outras atividades ilícitas afetam diretamente a concorrência leal e demandam atuação tanto das autoridades policiais quanto dos órgãos de defesa da concorrência. No campo regulatório, ele indicou a necessidade de atualização de marcos legais, com propostas em tramitação no Congresso Nacional.

Um dos projetos mencionados foi o PL 3.375, relatado pelo deputado Júlio Lopes, que prevê mudanças legislativas para desestimular práticas ilegais, incluindo o endurecimento de penalidades.

Diretora da Interfarma relaciona pirataria a desestímulo à inovação nacional



Luciana Shmizu Takara, diretora de política e inteligência regulatória da **Interfarma**, participou do debate "**Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?"

Os impactos da **pirataria** em medicamentos vendidos no Brasil apresentam efeitos para além do risco à saúde pública. Luciana Shmizu Takara, diretora de política e inteligência regulatória da **Interfarma**, afirmou, nesta segunda-feira (04/05), que a entrada, a distribuição e a comercialização de substâncias falsificadas prejudica investimentos em inovação na área de saúde.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

"De acordo com a Associação Brasileira de Combate à **Falsificação**, o rombo relativo à **falsificação** não só de medicamentos, mas de qualquer tipo de produto, foi de R\$ 471 bilhões em 2024. Esse cenário impacta diretamente nos investimentos em inovação", disse Luciana. A representante da **Interfarma** participou do debate "**Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?", na mesa "A escalada da **falsificação** e **pirataria** - riscos à saúde e impactos na eco-

nomia".

Além de abordar **pirataria** como desestímulo à inovação, Luciana disse haver propostas do setor de inovação para restringir a chamada importação paralela - quando alguém traz ao Brasil medicamentos de fora - a situações de indisponibilidade ou desabastecimento de medicamentos registrados no país. Segundo ela, "o mecanismo deve ser aplicado apenas em cenários específicos, com o objetivo de preservar a **propriedade intelectual** e reduzir riscos ao paciente". A representante da **Interfarma** destacou também que o debate envolve aspectos econômicos e sanitários, com impacto direto no acesso e na segurança dos tratamentos.

A diretora lembrou que levantamentos da Organização Mundial da Saúde indicavam baixa incidência de **falsificação** no Brasil em anos anteriores, cenário que sofreu alteração recente. "Durante a pandemia houve avanço preocupante, que agora se tornou alarmante com a circulação de canetas emagrecedoras falsificadas", disse. Ela acrescentou que o tema ocorre em um momento de revisão regulatória, com análise de propostas pela autoridade sanitária, o que, segundo afirmou, gera preocupação entre representantes do setor.

Takara também mencionou questões relacionadas à importação de insumos e medicamentos industrializados, inclusive em contextos de proteção patentária ainda vigente. "Há uma percepção de abertura de mercado para produtos que seguem protegidos, sem garantia de segurança e eficácia em formulações manipuladas", afirmou. Além disso, apontou a expansão do comércio irregular em plataformas digitais e defendeu atuação mais rigorosa no campo legislativo. "É necessário fortalecer medidas legais para coibir a venda de produtos falsificados e ampliar a proteção à população", concluiu.

*Estagiária sob supervisão de Aline Gouveia

Um em cada cinco remédios no Brasil tem a chance de ser falso



O advogado José Alexandre Buaiz Neto ressalta que, além dos riscos à saúde do consumidor, medicamentos fraudulentos afetam a confiança do paciente e também interferem nas empresas de inovação desses remédios

O advogado e sócio do Pinheiro Neto Advogados José Alexandre Buaiz Neto informou que, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a **falsificação** de medicamentos chega a 19%, durante o evento **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?, promovido pelo Correio Braziliense em parceria com a **Inter-farma**. De acordo com ele, a cada 100 remédio vendidos no Brasil 20 são ou podem ser falsos.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Neto diz que recentemente houve várias ocorrências sobre o mercado de canetas emagrecedoras - medicamentos análogos de GLP-1, como o mounja-

ro e Ozempic - , que está em evidência, pois o produto tem um valor agregado alto e é relevante para a população brasileira.

De acordo com o convidado, os produtos falsificados correm o risco de ter ingredientes errados, serem ineficazes, dosagens erradas, contaminantes e substâncias tóxicas. Segundo dados da OMS, a **pirataria** de itens farmacêuticos teria matado 700 mil pessoas. "Principalmente medicamentos usados para malária, para pneumonia, medicamentos menos modernos, mas quando falsificados ele mata as pessoas", afirmou.

Para o advogado, além dos riscos à saúde do consumidor, medicamentos fraudulentos afetam a confiança do paciente e também interferem nas empresas de inovação desses remédios.

"Quando você perde lucratividade das receitas, a inovação tende a não ter tantos recursos para que se crie novos medicamentos", explicou.

Neto alerta sobre os riscos da importação paralela. Para o sócio, ela é porta de entrada para a **falsificação**, pois não tem controle da rastreabilidade e da cadeia da distribuição do produto.

"Vetar completamente a importação paralela não vai ser a solução. Tem que buscar uma forma de controlar, de garantir qualidade e evitar que os preços sejam deteriorados", frisou.

* sob supervisão de Carlos Alexandre de Sousa

da editoria de Política, Economia e Brasil. Estudante de jornalismo do Ceub.

Gosto também de Esportes. Pretendo participar de grandes coberturas, como uma Olimpíada.

Especialista destaca que inovação deve servir aos interesses da sociedade



Luana Ferreira Lima, representante do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer, discursou no encerramento do evento "**Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?"

Ações como pesquisas, debates e investimentos em **propriedade intelectual** na área de saúde devem ter o bem-estar do paciente como objetivo principal. Esse foi o argumento da advogada Luana Ferreira Lima, que representa a Associação Brasileira de Câncer no Sangue (Abrale), em seu discurso de encerramento do Summit **Propriedade Intelectual** na Agenda Pública: O que está em jogo para a Saúde?, realizado nesta segunda-feira (4/5), no auditório do Correio Braziliense.

Siga o canal do Correio Braziliense no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular.

Ela, que também é gerente de Políticas Públicas na Abrale e representante do Movimento Todos Juntos Contra o Câncer, enfatizou que a inovação só faz sentido se resultar em acesso equitativo e oportuno ao paciente. "O verdadeiro valor da inovação está no impacto real que ele vai gerar na vida das pessoas, no impacto para a nossa sociedade", afirmou Luana.

Diretora da **Interfarma** relaciona **pirataria** a desestímulo à inovação nacional

Além do fator bem-estar do paciente ter sido colocado por Luana como objetivo para quaisquer esforços na área de inovação em saúde, a especialista considerou como necessárias ações para agilizar o processo de chegada de novas soluções para doenças aos pacientes.

"Existe um desalinhamento hoje dentro do sistema de saúde e uma distância entre a priorização de tomada de decisão para que isso chegue de fato lá na ponta (no paciente)", constatou. "A gente ainda tem grande distância entre o direito do paciente e as discussões que são feitas no âmbito do Legislativo e do STF (Supremo Tribunal Federal)", acrescentou Luana.

Índice remissivo de assuntos

ABPI Câmara de Arbitragem	4,5,6,7,8
Direitos Autorais	9
Entidades	10,13,14,15,16,28,29,30,36
Inovação	13,14,15,16,36
Marco regulatório INPI	13,14,15,16,26,27,28,29
Patentes	13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35 36,37,38,39,40,41
Pirataria	1,22,23,24,25,28,29,38,39,40,41
Propriedade Industrial	13,14,15,16,22,26,27,28,29,32
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,8,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27 28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42